

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.959 - SP (2016/0220851-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : RAUL FARIA DE MELLO FILHO
ADVOGADO : RAUL FARIA DE MELLO FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP044927
EMBARGADO : CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : NEI CALDERON E OUTRO(S) - SP114904
LELLI CHIESA FILHO - SP186344

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por RAUL FARIA DE MELLO FILHO, contra decisão que negou provimento ao recurso especial (e-STJ, fls. 779-881).

Sustenta a parte embargante que (e-STJ, fl. 787):

[...]

Diante da existência nos autos que tramita nesse C. Superior Tribunal de Justiça, das provas documentais de que a CESP perdeu a administração da UHE Três Irmãos, tendo inclusive a CESP noticiado nos autos o nome da empresa que a sucedeu, a qual foi intimada a se posicionar no processo antes da subida dos autos para esse Eg. STJ, quedando inerte e, considerando que esse Eg. Tribunal não apreciou essa matéria que é superveniente à protocolização do recurso especial interposto pelo embargante, fato novo que não permite prevalecer a r. decisão oferecida por esse Eg. Tribunal, requer o embargante que a OMISSÃO seja suprida, proferindo esse Eg. Superior Tribunal de Justiça nova decisão, enquadrando o caso como "falta de interesse processual" por parte da embargada CESP, com decretação da extinção da ação, o que se impõe com fundamento no artigo 485, VI do CPC/2015, o que fica requerido.

[...]

Não houve impugnação.

Assim delimitada a questão, passo a decidir.

A decisão embargada enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e suficiente, razão pela qual não merece reparo algum.

Ademais, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento, quando já tenha encontrado motivação

suficiente para decidir a causa. Na hipótese, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos encontra-se expressamente delineado nas razões da decisão embargada, motivo pelo qual rejeito a alegação de omissão no julgado.

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

[...]

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. [...].

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/6/2016, DJe 3/8/2016).

Desse modo, não demonstrada efetivamente a existência de nenhum dos vícios especificados no art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição das alegações da parte embargante.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora